



EDITAL N° 04/2016

**CHAMADA PARA PARTICIPAÇÃO NO GRUPO DE ESTUDOS EM  
DIREITO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO**

O NINC/UFPR, por intermédio do presente edital, informa a comunidade acadêmica a respeito da criação de um grupo de estudos e discussões em temas relacionados ao **Direito Constitucional Contemporâneo**.

Trata-se de uma iniciativa que visa promover leituras direcionadas, debates e investigações científicas não só de um ponto de vista teórico-crítico, mas também concernentes a casos práticos e polêmicos vivenciados na contemporaneidade.

As reuniões ocorrerão quinzenalmente e abordarão, no ano de 2017, os seguintes temas: **Reforma constitucional, retrocesso social e estado de exceção no Brasil e Democracia formal, representação de interesses e exclusão das minorias**.

O grupo é aberto à participação de interessados da UFPR e de quaisquer outras instituições de ensino superior. Aqueles que desejarem participar devem se inscrever no período de **10 de novembro a 10 de dezembro**, no site do NINC, mediante do preenchimento do [formulário online](#) (segue anexa a ementa explicativa dos temas).

O lançamento simbólico do grupo será realizado na quinta-feira, dia **10 de novembro, 18h30**, no PPGD da UFPR.

Na primeira reunião, quando serão fornecidos maiores detalhes sobre as atividades, será também deliberada em conjunto a agenda a ser cumprida pelo grupo, bem como dia e horário das reuniões (que serão marcadas conforme a disponibilidade da maioria dos interessados).

Ao final das atividades, será fornecido certificado de participação para os inscritos que acompanharem as reuniões.

Curitiba, 08 de novembro de 2016.

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eneida Desiree Salgado**  
Coordenadora do Grupo



## ANEXO 01 – EMENTA DOS TEMAS QUE SERÃO DEBATIDOS NO ANO DE 2017

<b>Tema</b>	<b>Reforma constitucional, retrocesso social e estado de exceção no Brasil</b>
<b>Ementa</b>	Poder constituinte e constitucionalismo. Constitucionalismo e democracia. Proteção da Constituição. Controle de constitucionalidade. Processos formais e informais de alteração da Constituição. Mutações constitucionais e o Supremo Tribunal Federal. A proposta de uma nova constituinte. A proposta de uma constituinte exclusiva. O espaço de controle judicial das propostas. Os limites à reforma da Constituição. A compreensão das cláusulas pétreas. As cláusulas pétreas implícitas. A proteção ao procedimento. A proibição de retrocesso. O desmonte do Estado Social pelas reformas e mutações. O desrespeito à Constituição. A ofensa recorrente aos direitos fundamentais. A posição do Supremo Tribunal Federal. O recurso ao sistema interamericano de direitos humanos. Meios não institucionais de resistência. A impotência do Direito perante o poder.
<b>Tema</b>	<b>Democracia formal, representação de interesses e exclusão das minorias</b>
<b>Ementa</b>	Teorias democráticas. A democracia representativa. A democracia pluralista. A democracia delegativa. Representação política. Modelos de mandato. Sistemas eleitorais. Partidos políticos. A vontade dos representados. A representação de interesses. O lobby no Brasil. As bancadas e as frentes parlamentares. A transparência da competição eleitoral. A transparência no exercício do mandato. Accountability vertical. Canais de comunicação. E-democracia. Governo aberto. A exclusão das minorias da representação e do debate. A promessa constitucional. Tolerância, respeito e laicidade. Igualdade de gênero. Políticas públicas para a participação feminina na política. A questão da identidade de gênero. A questão étnica e racial. A arena política como arena não-democrática.
<b>Metodologia</b>	Leitura de textos. Exposições por parte de professores e alunos. Debates. Análise das questões jurídicas, políticas éticas e ideológicas. Argumentação e contra-argumentação. Defesa de hipóteses e proposições. Reflexão em grupo. Adoção de uma abordagem científica de temas políticos e sociais. Realização de críticas contundentes recíprocas em um ambiente de consideração ao outro. Forte contraposição de ideias como mecanismo lógico de discussão e manutenção do respeito pela divergência. Liberdade de pensamento.
<b>Objetivo</b>	Amadurecimento intelectual. Reforço da capacidade de divergência pacífica a respeito de temas polêmicos. Abandono do senso comum e das opiniões fundadas em experiências pessoais. Recusa da superficialidade argumentativa. Promoção da alteridade no ambiente acadêmico e político. Ampliação da autonomia acadêmica e da consciência inerente aos problemas de instituições incontroláveis e de uma sociedade excludente.